

MÓDULO 4: GESTÃO

Introdução

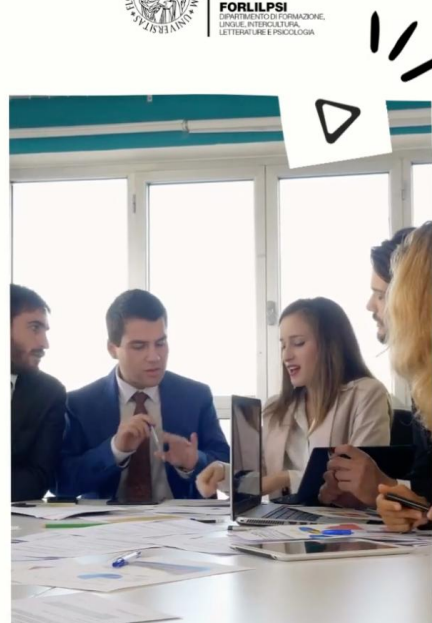
i H E S INCLUSIVE HIGHER EDUCATION
SYSTEM FOR STUDENTS WITH
INTELLECTUAL DISABILITIES



*
* The IHES project is funded, with the aim
of addressing the topics of intellectual
disabilities at the University Level
*

**WELCOME TO
MODULE 4
MANAGEMENT**

Video Lessons



<https://youtu.be/HuBiP4n-c5I>

Capítulo 10. Políticas da Universidade

As políticas de uma instituição de ensino, como a universidade, inscrevem-se no triângulo equilátero do **Índice de Inclusão** definido por Booth e Ainscow (2000; 2002; 2011). De facto, **apenas as culturas inclusivas geram políticas inclusivas que dão origem a práticas inclusivas**. Assiduidade, participação e progresso, em termos de aprendizagem com os outros, são os indicadores 3-P da inclusividade das ações educativas e formativas que Ainscow (2003, 2004) delimitou e que são particularmente úteis na gestão de instituições que pretendem ser inclusivas. O princípio da adaptação razoável da Convenção da ONU (2006) não pode ser separado da intenção de situar a própria instituição no âmbito da abordagem biopsicossocial da IFC (2001). Esta perspetiva vê a diversidade funcional (Romañach Cabrero, 2009) deparar-se com um contexto que pode atuar como barreira ou como facilitador no âmbito do modelo relacional (Shakespeare, 1994) dos Estudos sobre a Deficiência e só na ausência de relação entre estes dois elementos é que o contexto se torna incapacitante para o indivíduo que enfrenta mais barreiras na aprendizagem (Soldevila Pérez, 2015).

Nesta perspetiva, revela-se fundamental para o sistema de gestão:

- a escolha de eliminar a exclusão da participação de alguns estudantes na vida académica em relação às características do funcionamento intelectual e da neurodiversidade;

-
- a intencionalidade da instituição de empreender percursos de autoavaliação e melhoria da qualidade das ações inclusivas adotadas através do envolvimento de todas as partes interessadas diretamente envolvidas (entre as quais, obviamente, os próprios estudantes com deficiência intelectual);
- a capacidade de compreender, interpretar e identificar as necessidades dos estudantes com neurodiversidade através da perspetiva biopsicossocial da CIF e dos perfis de funcionamento, capazes de abandonar a perspetiva médico-individual em favor da perspetiva relacional própria do Modelo Relacional, que vê a neurodiversidade como um dos tipos de desenvolvimento do ser humano;
- a conceção de percursos que, em consonância com os princípios da adaptação razoável, sejam capazes de tornar o conhecimento académico acessível em relação às necessidades individuais de neurodiversidade através do envolvimento direto do aluno;
- a divulgação e a informação generalizada das ações empreendidas, tanto no âmbito académico como fora dele.

O pessoal universitário envolvido em todas as fases do processo necessita de uma especialização específica, desde os decisores políticos que regem a academia, passando pelos gestores do próprio processo, até aos professores que desenvolvem a ação pedagógica e didática na sala de aula.

A adoção desta perspetiva requer um sistema de gestão:

- a gestão intencional dos espaços, não como locais de separação especificamente destinados a certos tipos de estudantes neurodiversos, mas como locais inclusivos onde todos se sintam integrados, acolhedores e acessíveis, para além das características individuais de funcionamento;
- a gestão intencional dos tempos da vida académica numa perspetiva de sustentabilidade, capaz de responder a todas as necessidades dos estudantes que frequentam a Universidade;
- a identificação e adoção de estratégias úteis para tornar o ambiente académico cognitivamente acessível através da adoção de formas funcionais de comunicação;
- a adoção de estratégias para adaptar a oferta curricular e formativa também em relação aos conteúdos, aos instrumentos e às solicitações de cada membro do corpo docente envolvido no processo.

Recursos online

O modelo social da deficiência: uma ideologia obsoleta?

https://www.um.es/discatif/PROYECTO_DISCATIF/Textos_discapacidad/00_Shakespeare2.pdf

Os artigos exploram o contexto dos debates académicos e políticos britânicos sobre o modelo social e defendem que chegou o momento de ultrapassar esta posição. São apresentadas três críticas centrais ao modelo social britânico, centradas na questão da deficiência, no dualismo deficiência/incapacidade e na questão da identidade. Sugere-se que uma ontologia incorporada oferece o melhor ponto de partida para os estudos sobre a deficiência e são fornecidas algumas orientações para o caminho rumo a uma teoria social da deficiência mais adequada.

T Hellblom-Thibblin, N Klang & K Åman (2012) Modelo biopsicossocial e a formação contínua ICF-CY: reflexões de educadores gerais, International Journal of Developmental Disabilities, 58:1, 12-19, DOI:

[10.1179/2047387711Y.0000000003](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1179/2047387711Y.0000000003) : <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1179/2047387711Y.0000000003>



[?scroll=top&needAccess=true](#)

A prestação de apoio para melhorar a participação de crianças com deficiência em turmas inclusivas constitui um desafio para os educadores gerais, os educadores especiais e outros profissionais envolvidos no trabalho com crianças com deficiência. Neste estudo, o modelo biopsicossocial da ICF-CY foi utilizado para desenvolver uma formação em serviço destinada a educadores gerais sobre crianças com deficiência. Os efeitos da formação em serviço foram avaliados através da análise das reflexões dos educadores gerais sobre a sua competência em satisfazer as necessidades especiais das crianças com deficiência no final do curso. Os resultados mostram que os educadores gerais consideram o modelo ICF-CY uma ferramenta útil para procurar explicações para os problemas que podem surgir na sala de aula, mas também expressam a necessidade de uma colaboração interprofissional. No final do curso, os educadores refletiram tanto sobre a competência pedagógica para satisfazer as necessidades das crianças como sobre o conhecimento das crianças com deficiência. Os resultados evidenciam a importância do conhecimento de como as diferentes deficiências podem ser formuladas e compreendidas num processo de resolução de problemas.

ICF Online: https://www.reteclassificazioni.it/portal_main.php?portal_view=public_custom_page&id=85

Neste ambiente, é possível consultar a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ICF), nas versões italiana e inglesa. Os formatos ClaML da «Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde», versões de 2001 e 2014, são preparados e mantidos pelo Centro Italiano de Colaboração para a Família das Classificações Internacionais da Organização Mundial da Saúde - Região Autônoma de Friuli-Veneza Giulia. É possível navegar por toda a hierarquia, expandindo os diferentes níveis até chegar à categoria desejada. Depois de selecionar uma categoria na hierarquia à esquerda, é apresentada à direita uma página com todas as informações, desde o código ao título, das inclusões às exclusões, das notas às qualificações.

Desenvolvimento de sistemas educativos inclusivos, Mel Ainscow: https://sid-inico.usal.es/idocs/F8/FDO6565/mel_ainscow.pdf

Passaram quase dez anos desde que a ideia de educação inclusiva surgiu na Conferência Mundial de Salamanca sobre Educação Especial. Durante este período, em muitos países continuaram as atividades destinadas a tornar as políticas e práticas educativas mais inclusivas. Neste artigo, baseio-me numa investigação realizada no meu país, a Inglaterra, para ilustrar o que ainda resta fazer para ir além dos resultados alcançados até agora. Mais especificamente, irei concentrar-me na seguinte questão: Quais são os «alavancas» que podem tornar os sistemas educativos mais inclusivos?

A inclusão escolar de uma criança com diversidade funcional: uma história de vida:

<https://www.tdx.cat/handle/10803/315838#page=1> / <http://hdl.handle.net/10803/315838>

Esta investigação propõe a descrição e a análise do processo de inclusão realizado numa escola com o objetivo de tornar mais eficaz a inclusão de uma criança com dificuldades de aprendizagem. A tese que apresentamos é o resultado da investigação realizada ao longo de quatro anos e meio em colaboração com esta escola. A análise de situações de inclusão em diferentes contextos e países, o estudo dos principais trabalhos de vários autores sobre este tema e as premissas e hipóteses geradas pelas escolas a partir das experiências de inclusão permitiram, também nesta investigação, identificar os pontos críticos nos quais basear as ações e estratégias para promover o processo de conceção e desenvolvimento de práticas de inclusão para esta criança. A nível metodológico, nesta investigação foi adotada uma abordagem etnográfica com o objetivo de criar uma história de vida. Além disso, com o objetivo de transformar a situação da criança e melhorar a sua qualidade de vida (baseando-nos na sua voz), levámos a cabo, em paralelo, um processo de investigação-ação. Em termos de resultados, este relatório de tese contém a história de vida de uma criança, uma série de considerações que emergem da análise do processo de inclusão e as conclusões retiradas dessa análise.

A educação inclusiva como direito. Quadro de referência e linhas de ação para o desenvolvimento de uma

revolução em curso:

https://bibliotecadigital.mineduc.cl/bitstream/handle/20.500.12365/18038/23_La%20educacion%20inclusiva%20como%20derecho.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Em todo o mundo, cresce o interesse pela ideia de «educação inclusiva». Nos países mais ricos, muitos jovens abandonam a escola sem competências significativas, outros são encaminhados para diferentes tipos de alternativas que lhes negam a experiência da educação formal e outros ainda optam simplesmente por abandonar a escola porque consideram que os ensinamentos que esta oferece são irrelevantes para as suas vidas. O significado de «educação inclusiva» ou «ensino inclusivo» permanece pouco claro, com propostas diferentes, como veremos a seguir.

INCLUSÃO E EXCLUSÃO EDUCATIVA. DE NOVO «VOZ Y QUEBRANTO»:

https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/661466/REICE_11_2_5.pdf?s

Neste texto, o autor levanta ideias e questões que contribuirão para o debate e a análise de algumas questões e perspectivas importantes relacionadas com o multifacetado processo de inclusão educativa, como contraponto às formas e processos de exclusão educativa que, na maioria das vezes, se configuram como prelúdio à exclusão social.

Documentos para download

Index for Inclusion (Booth e Ainscow): <https://www.eenet.org.uk/resources/docs/Index%20English.pdf>

O Índice para a Inclusão: desenvolver a aprendizagem e a participação nas escolas é um conjunto de materiais para apoiar a autoavaliação de todos os aspetos de uma escola, incluindo as atividades nos recreios, nas salas do pessoal e nas salas de aula, bem como nas comunidades e no ambiente em torno da escola. Incentiva todo o pessoal, os pais/encarregados de educação e as crianças a contribuírem para um plano de desenvolvimento inclusivo e a pô-lo em prática.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde:

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43737/9789241547321_eng.pdf?sequence=1

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens (ICF-CY) deriva da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ICF) (OMS, 2001) e foi concebida para registar as características da criança em desenvolvimento e a influência do ambiente circundante.

Ferramenta de e-learning da ICF: https://www.icf-elearning.com/wp-content/uploads/articulate_uploads/ICF%20e-Learning%20Tool_English_20220501%20-%20Storyline%20output/story_html5.html

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, mais conhecida como ICF, é uma classificação da saúde e dos domínios relacionados com a saúde.

Uma vez que o funcionamento e a deficiência de um indivíduo ocorrem num contexto, a CIF inclui também uma lista de fatores ambientais.

A CIF é o quadro de referência da OMS para a medição da saúde e da deficiência a nível individual e populacional.

A CIF foi oficialmente aprovada por todos os 191 Estados-Membros da OMS na 54.ª Assembleia Mundial da Saúde, em 22 de maio de 2001 (resolução [WHA 54.21](#)), como norma internacional para descrever e medir a saúde e a deficiência.

A CIF baseia-se nos mesmos fundamentos da CID e da ICHI e partilha o mesmo conjunto de códigos de extensão que

permitem uma documentação com um nível de detalhe superior.

Classificação Internacional do Funcionamento, da Deficiência e da Saúde: Portal educativo ICF:

<https://icfeducation.org/>

Este portal educativo da CIF apoia o trabalho da [Rede da Família de Classificações Internacionais da Organização Mundial da Saúde \(OMS-FIC\)](#) para implementar as [classificações de referência da OMS](#) e melhorar o nível e a qualidade da sua utilização nos Estados-Membros.

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas

O módulo 4 discute as várias estratégias, ao nível da gestão, que poderiam favorecer a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no seio da universidade.

Objetivos de aprendizagem:

- criar as condições para garantir a participação de determinados estudantes na vida académica, tendo em conta as características do funcionamento intelectual e da neurodiversidade;
- implementar percursos de autoavaliação e melhoria da qualidade das ações inclusivas empreendidas;
- saber identificar as necessidades dos estudantes com neurodiversidade através da perspetiva biopsicossocial da CIF e de perfis de funcionamento capazes de abandonar a perspetiva médico-individual em favor da perspetiva relacional própria do Modelo Relacional, que encara a neurodiversidade como um dos tipos de desenvolvimento do ser humano;
- adquirir a capacidade de conceber percursos que, em consonância com os princípios da adaptação razoável, sejam capazes de tornar o conhecimento académico acessível em relação às necessidades individuais da neurodiversidade através do envolvimento direto do aluno;
- promover e informar os colegas sobre as ações empreendidas, tanto no âmbito académico como fora dele;
- promover e informar os colegas sobre as ações empreendidas tanto no interior como no exterior
- saber gerir os espaços físicos das estruturas académicas de forma inclusiva, para que todos se sintam parte de um local acolhedor e acessível, independentemente das características funcionais individuais;
- saber organizar os horários da vida académica numa perspetiva de sustentabilidade, capaz de responder a todas as necessidades dos estudantes que frequentam a Universidade;
- identificar e adotar estratégias úteis para tornar o ambiente académico cognitivamente acessível, através da adoção de formas de comunicação funcionais;
- identificar e adotar estratégias para adaptar as ofertas curriculares e didáticas.

Com o objetivo de reforçar os vossos conhecimentos, propomos-vos as seguintes atividades:

Atividade 1: Com base nos conceitos discutidos, elaborem um mapa conceptual no qual estejam claramente

identificados todos os conceitos discutidos e a relação entre eles.

Atividade 2: Realizem um exemplo de podcast para a apresentação dos procedimentos de inscrição na universidade, adaptados às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual.

Capítulo 11. Governação

Se a gestão desenvolve as capacidades para concretizar os seus objetivos através dos processos de organização e controlo, um sistema de governação baseado na liderança promove uma visão através da motivação e inspiração das pessoas, levando-as a seguir na direção considerada mais correta e funcionalmente adequada em relação a uma visão cultural partilhada. Alguns sistemas de classificação (K. Leithwood, D. Jantzi, R. Steinbach, Changing Leadership for Changing Times, Open University Press, Buckingham, 1999) chegam a definir oito tipos de liderança:

- gerencial, voltada para a conclusão eficaz das atividades ordinárias por meio de uma organização racional na qual prevalecem as relações formais e na qual se dá grande importância ao cumprimento das tarefas atribuídas e à consecução dos objetivos para cada função estabelecida na escola;
- transformacional, neste tipo de liderança assume um papel fundamental a visão que servirá de rumo para todas as atividades que envolverão todos os atores do contexto educativo, em que a liderança desempenha um papel funcional na manutenção de elevados níveis de autonomia escolar;
- participativa, em que o líder partilha com todos os intervenientes também a construção, o desenvolvimento e a definição da própria visão;
- transacional, baseada no conceito de transação, em que ao desempenho corresponde alguma forma de recompensa que mantém o nível relacional a níveis muito superficiais;
- pós-moderno, em que a atenção se centra em cada visão individual dos chamados stakeholders, o que torna a organização desprovida de papéis hierárquicos;
- moral, em que a liderança se baseia no apoio aos princípios e valores da organização, com vista à concretização de valores éticos;
- didática, centrada nos processos de ensino-aprendizagem, em que a prioridade estratégica é o crescimento profissional dos professores e a concretização dos objetivos para os alunos;
- contingente, para a qual não existem estilos de liderança universais, uma vez que cada contexto é diferente e o estilo de liderança deve adaptar-se ao contexto.

É, pelo contrário, com o conceito de liderança emergente participativa, transformacional e colaborativa que, através da inovação, se conduz a comunidade educativa tanto à concretização dos objetivos próprios do projeto institucional, como à mudança e à melhoria da própria organização em relação à visão partilhada, neste caso a inclusão (Salom, 2015).

Nesta perspetiva, o empenho da liderança das autoridades académicas, baseado em políticas ativas e participativas, promove uma atitude aberta a novas experiências e desafios que levam a comunidade universitária a aceitar, a empenhar-se e a trabalhar pela plena inclusão através de:



- a criação de espaços para a participação ativa dos estudantes universitários;
- a criação de espaços para a representação dos estudantes nos órgãos de governo;
- a criação de ambientes e processos de participação específicos para estudantes com deficiência.

Recursos online

Calatayud Salom, M. A. (2015). A liderança emergente dos diretores escolares em Espanha: A voz do corpo docente. *Revista Iberoamericana de Educação*, 69, 207-228. <https://doi.org/10.35362/rie690150>

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação qualitativa intitulada «Melhorar a liderança escolar na perspectiva dos professores», com o objetivo de analisar as perceções dos professores do ensino básico nas escolas públicas espanholas sobre o perfil de liderança do diretor exigido pelas organizações escolares para enfrentar os desafios educativos. Neste sentido, são analisados estudos internacionais recentes sobre liderança, que fornecem dados muito significativos sobre como e em que aspetos a liderança influencia a aprendizagem e, conseqüentemente, os resultados. Além disso, são apresentados os resultados qualitativos obtidos com uma amostra de 450 professores de escolas públicas espanholas. Estes resultados ajudaram-nos a desvendar a essência da liderança exigida pelas organizações escolares, na perspectiva dos professores, e podem também ajudar-nos a vislumbrar os cenários atuais e futuros da liderança do diretor nas escolas latino-americanas.

Graham Wise, Connie Dickinson, Tuntiak Katan & Maria Cristina Gallegos (2020) Inclusive higher education governance: managing stakeholders, strategy, structure and function, *Studies in Higher Education*, 45:2, 339-352, DOI: [10.1080/03075079.2018.1525698](https://doi.org/10.1080/03075079.2018.1525698) .

Artigo completo: <http://www.grahamwise.net/docs/wise%20g%20-%20inclusive%20higher%20ed.pdf>

A governança do ensino superior indígena é um elemento fundamental da diversidade, da igualdade e da inclusão em universidades com uma população estudantil indígena significativa ou comunidades de partes interessadas. As abordagens de gestão para estabelecer mecanismos de governança inclusiva são complexas e existem poucas orientações para apoiar os gestores universitários na criação de conselhos consultivos indígenas. Documentamos a criação de um conselho consultivo indígena universitário que inclui 11 nacionalidades indígenas. Avaliamos os resultados deste processo de criação através das lentes analíticas da participação e inclusão, da responsabilidade e do Estado de direito, da não discriminação e igualdade, da transparência e da confiança e respeito mútuos. Este estudo fornece aos investigadores de políticas de ensino superior e aos gestores universitários um roteiro claro para estabelecer uma governação universitária indígena sólida. Desta forma, pretendemos capacitar os líderes indígenas para que possam ter um impacto positivo no ensino superior, contribuindo para uma educação e investigação de alta qualidade para os estudantes e as comunidades indígenas.

Alinhamento da Gestão da Qualidade Total no Contexto do Ensino Superior:

https://www.researchgate.net/publication/298462542_Challenges_and_InformationTraining_Requirements_for_Managing_and_Governing_Universities_within_the_Framework_of_the_EHEA

Este artigo propõe-se a adaptar o conceito de Gestão da Qualidade Total (TQM) e torná-lo adequado para utilização em instituições de ensino superior. O artigo descreve os resultados de uma investigação em ciência do design. Com base em experiências no Egito e nos Países Baixos, são definidas as características do ensino superior e as especificidades dos processos educativos. Isto leva à tradução do TQM em termos educativos. As experiências deram origem a um modelo que pode ser utilizado como quadro de referência para implementar o TQM em instituições de ensino superior. As experiências que constituem a base para a conceção limitam-se a dois países com duas culturas diferentes. Não há evidências da utilização do modelo noutros países do mundo. Sabe-se que houve muitas iniciativas

para implementar o TQM no ensino superior. A combinação com a gestão da qualidade nos modelos de ensino e aprendizagem (Transformative Mode, An Engagement Model of Program Quality, University of Learning Model, A Model for a Responsive University) é escassa, tal como a aplicação em dois países tão diferentes.

Documentos para download

Manifesto por uma universidade inclusiva

https://www.unhcr.org/it/wp-content/uploads/sites/97/2020/09/Manifesto-dellUniversita-inclusiva_UNHCR.pdf

O Manifesto sobre a Universidade Inclusiva centra-se na situação dos jovens beneficiários de proteção internacional e temporária que pretendem prosseguir os estudos e a atividade de investigação no país de asilo, e surge da consciência de que as experiências culturais, técnicas e intelectuais adquiridas pelos refugiados em várias partes do mundo podem constituir um grande recurso para a Itália.

Formar os políticos para uma liderança mais inclusiva: uma proposta:

https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/74594/PA_2022_14_STG.pdf?sequence=1&isAllowed=y

A igualdade e a representação são princípios fundamentais das democracias contemporâneas. No entanto, apesar da crescente adoção, nos últimos anos, de diversas medidas destinadas a reduzir o fosso de representação, as dinâmicas de exclusão na política persistem, com consequências cruciais para a qualidade do processo de tomada de decisão política. Este documento responde a dois objetivos principais: em primeiro lugar, partindo de uma investigação original, defende as vantagens da promoção de um modelo inclusivo de liderança na política e propõe uma forma de alcançar este resultado, apostando no comportamento e na cultura organizacional dos «guardiões» da política — partidos políticos e políticos experientes do sexo masculino; em segundo lugar, apresenta o programa de formação da Iniciativa para a Liderança Inclusiva (ILI), cujo objetivo é fornecer conteúdos e competências úteis e inovadores aos políticos do sexo masculino para superar as dinâmicas excludentes das concepções tradicionais de autoridade, poder e liderança na esfera política. Os diferentes módulos do currículo da ILI aqui apresentados baseiam-se nos resultados de uma investigação original e de um estudo-piloto, ambos realizados em 2021.

Transformation School Leadership in a transactional policy world, Kenneth Leithwood

http://wvde.state.wv.us/principalsinstitute/institute07-08/docs_fall/Fall_PreRead_TransformationalLeadership.pdf

A liderança transformacional é um termo que tem aparecido com cada vez maior frequência nos escritos sobre educação desde o final da década de 1980. Por vezes, foi utilizado para designar a liderança transformacional. Outras vezes, foi utilizado para designar um tipo de liderança adequado para escolas que enfrentam os desafios da reestruturação, já bem avançada na maioria dos países desenvolvidos em todo o mundo (Leithwood, 1992). Neste contexto, o termo assume frequentemente um significado de senso comum e não técnico. Por exemplo, a definição do dicionário para «transformação» é «mudar completamente ou essencialmente na composição ou na estrutura» (Webster, 1971). Assim, qualquer liderança que tenha este efeito pode ser rotulada como transformacional, independentemente das práticas específicas que envolva ou mesmo do facto de as mudanças introduzidas serem desejáveis.

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas

O módulo 4 discute as várias estratégias, ao nível da gestão, que poderiam favorecer a inclusão de estudantes com deficiência intelectual na universidade.

Objetivos de aprendizagem:

- informar os estudantes sobre a importância de co-criar espaços de participação ativa dos estudantes universitários.
- saber como tornar eficaz a participação dos estudantes nos órgãos de gestão.
- promover a cocriação de ambientes e processos de participação específicos para estudantes com deficiência.

Para reforçar os vossos conhecimentos, propomos-vos as seguintes atividades:

Atividade 1: Identificar os critérios de envolvimento para a participação nos processos de autoavaliação e melhoria do nível de inclusão da Universidade.

Atividade 2: Redigir um formulário simplificado que os alunos com deficiência intelectual possam utilizar para apresentar reclamações na secretaria de alunos.

Capítulo 12. Procedimentos

A autodeterminação das pessoas com deficiência, na qual se baseia a abordagem dos Estudos sobre Deficiência, apela à nossa responsabilidade direta pelo que fazemos para desafiar e superar a cultura e as práticas construídas em torno da norma, das quais se geram a categorização e a ocultação da exclusão. Sair da inclusão significa afastar-se da ambiguidade das definições e dos seus significados para se orientar para um pensamento sistémico, escolhas e práticas culturais, políticas, educativas e didáticas capazes de afirmar (Slee; Allan, 2001).

Nesta perspetiva, a definição e a gestão das procedimentos podem, por um lado, ser orientadas para um sistema normativo gerado com base nos princípios da normalização e da predeterminação em relação aos vários rótulos de diagnóstico que substituem a definição da pessoa, ou, por outro lado, ser orientadas para a consideração do indivíduo e das características próprias do indivíduo que o distinguem dos outros. As duas visões conduzem-nos a dois modelos distintos de gestão de procedimentos: por um lado, **procedimentos padronizados por tipo de indivíduo e, por outro, procedimentos caracterizados pela escuta ativa de cada aluno, que pode fornecer as indicações para identificar os percursos de acompanhamento funcionalmente mais adequados.**

A gestão das procedimentos no âmbito do **Modelo Relacional** não pode deixar de ter em conta a importância da partilha de informações com os serviços que atuam no domínio da deficiência intelectual, a fim de tornar as ações mais eficazes; mas, ao mesmo tempo, não se pode agir sem uma avaliação cuidadosa de cada perfil de funcionamento, para que as ações sejam mais eficazes para cada aluno. De facto, a incapacitação do indivíduo provocada pelo contexto só pode ser removida através dos conceitos de relativismo e autonomia dependente (Morin, 1990), que evidenciam como as ações concebidas, projetadas e realizadas para as características de funcionamento de alguns indivíduos podem não ser adequadas às características de outros. Nesta perspetiva, a conceção universal não pode deixar de representar o melhor avanço possível da inclusão que, enquanto processo complexo, nunca poderá ser alcançada sem abordar as especificidades dos indivíduos e as características de funcionamento, muitas vezes muito

diferentes, de cada um.

Isto evidencia algumas peculiaridades da gestão dos procedimentos, que deveriam possuir certas características, entre as quais duas parecem ser as mais relevantes: **flexibilidade e personalização**. A flexibilidade dos sistemas responde ao conceito de complexidade sem ter de fazer exceções a procedimentos rígidos, dos quais é fácil desviar-se em função das características de funcionamento. Com o termo personalização (Baldacci, 2005), por outro lado, considera-se superar a visão separativa e a da individualização, segundo a qual, perante objetivos iguais para todos, alguns seguem percursos separados. De facto, no âmbito da abordagem da personalização, cada pessoa seguirá o seu próprio percurso, diferente para cada um, em relação às características individuais de funcionamento.

Recursos online

Roger Slee & Julie Allan (2001) Excluding the included: A reconsideration of inclusive education, International Studies in Sociology of Education, 11:2, 173-192, DOI: 10.1080/09620210100200073:

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09620210100200073?needAccess=true>

Este artigo examina como o desenvolvimento de políticas educativas inclusivas tem sido limitado pela adesão aos imperativos tradicionais da educação regular e especial. A fragmentação das políticas educativas conduz-nos à exclusão e a proteção dos interesses profissionais reforça as patologias individuais e cria pressões adicionais de exclusão. Os autores defendem que a educação inclusiva não é uma progressão linear em relação às «necessidades educativas especiais» e que devemos esforçar-nos por compreender a natureza muito diversa destas bases de conhecimento. A desconstrução é apresentada como uma forma de desmascarar a exclusão tal como está inscrita nas políticas de educação inclusiva. O artigo conclui com uma série de aberturas para o diálogo sobre a inclusão que dizem respeito à relação entre ideias e política, uma nova política de investigação, a imaginação de formas de escola que escapam ao modelo modernista, a reflexividade e o ensino da inclusão.

Elizabeth J. Done e Helen Knowler (2022) A tension between rationalities: "off-rolling" as gaming and the implications for head teachers and the inclusion agenda, Educational Review, 74:7, 1322-1341, DOI:

10.1080/00131911.2020.1806785:

https://www.researchgate.net/publication/343391471_A_tension_between_rationalities_off-rolling_as_gaming_and_the_implications_for_head_teachers_and_the_inclusion_agenda

Neste artigo, os conceitos de fabricação, subjetivação e performatividade são mobilizados numa análise das várias práticas de exclusão nas escolas inglesas, com particular referência ao «off-rolling», definido pela inspeção escolar nacional como a remoção ilegal de um aluno do registo escolar com o objetivo de melhorar os dados sobre o desempenho escolar. Esta definição restrita ganhou terreno num período de tempo relativamente curto, refletindo a tensão crescente entre a racionalidade económica e a política, à medida que a primeira é privilegiada e as relações de poder ditadas pela performatividade se intensificam. Os diretores escolares têm de negociar as exigências normativas de inclusão e as pressões para a exclusão com base nos resultados do mercado. O «off-rolling» é fabricado como objeto de conhecimento, ponto de governança e tecnologia política, produzindo uma realidade subentendida (de que os diretores escolares na Inglaterra contornam os procedimentos legais de exclusão escolar) e ilustrando uma característica da performatividade, ou seja, a geração de significantes que reforçam as disciplinas do mercado, da gestão e do desempenho. Seguindo Foucault, a subjetivação e a disciplina dos diretores implica práticas de divisão e a atribuição de identidades desviantes, em particular a de jogador. No entanto, o contexto político dos anos 90 e seguintes gerou incentivos à exclusão, enquanto um discurso político concomitante sobre a inclusão não conseguiu eliminar a exclusão educativa.

A perspetiva dos Estudos sobre a Deficiência e dos Estudos sobre a Deficiência em Itália e o seu impacto nas escolas

e nos serviços para a deficiência em adultos: <https://rivistedigitali.erickson.it/integrazione-scolastica-sociale/it/visualizza/pdf/1091>

Este documento fornece o contexto teórico e cultural dos Estudos sobre Deficiência e dos estudos sobre deficiência. Itália, destacando os resultados que têm tanto na escola como nos serviços para a deficiência adulta. A escolha destes contextos decorre da sua centralidade como indicadores sensíveis para a análise da inclusão. As considerações serão expressas criticamente em torno de temas centrais, tais como o significado da deficiência, os aspetos causais que a determinam e as influências que têm nas práticas das escolas e dos serviços. Por fim, será discutida a análise dos pressupostos subjacentes à inclusão, orientando a análise para os contextos e as barreiras à aprendizagem.

Dobusch, L. (2021), A inclusividade das abordagens de inclusão: Uma perspetiva relacional sobre a inclusão e a exclusão nas organizações. Gender Work Organ, 28: 379-396.

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/gwao.12574>

A inclusão organizacional tornou-se um conceito-chave quando se aborda o tema da diversidade e das desigualdades nas organizações. A sua principal pretensão é ser abrangente e «não deixar ninguém para trás». No entanto, será que as abordagens mainstream e críticas à inclusão estão à altura desta afirmação? Neste artigo, revisito dois conceitos centrais — a pertença e o reconhecimento — de ambas as abordagens, partindo de uma visão feminista da deficiência em geral e dos interesses e necessidades das pessoas autistas em particular. A análise mostra que as abordagens mainstream e críticas à inclusão assentam em pressupostos implícitos de capacitismo, que fazem com que as pessoas autistas se tornem «o outro» do discurso organizacional sobre a inclusão. No entanto, em vez de julgar o «projeto de inclusão» como um fracasso, o artigo apela ao reconhecimento de que a inclusão é sempre parcial, baseada num traçado implícito de fronteiras. Este ponto de vista permite discutir a ilegitimidade de certas fronteiras e as suas consequências em termos de inclusão e exclusão.

Documentos para download

Esforços abrangentes e coordenados para a gestão dos perturbações do espectro autista:

https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB133/B133_4-en.pdf

Os perturbações do espectro autista compreendem uma série de perturbações do desenvolvimento caracterizadas por uma alteração das funções relacionadas com a maturação do sistema nervoso central. Este termo genérico abrange condições como o autismo, a perturbação desintegrativa da infância e a síndrome de Asperger. Estes distúrbios caracterizam-se por uma combinação variada de capacidade reduzida de interação socio-comunicativa recíproca e por um repertório restrito e estereotipado de interesses e atividades repetitivas. Atualmente, estas condições pertencem à categoria dos perturbações generalizadas do desenvolvimento da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados (10.^a revisão), dentro da categoria mais ampla das perturbações mentais e comportamentais.

Estudos sobre deficiência e educação inclusiva – implicações para a teoria, a investigação e a prática:

<https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>

Este artigo serve como uma ampla introdução aos Estudos sobre Deficiência na Educação (DSE). O surgimento dos DSE na última década deu origem a uma área dinâmica de estudos académicos e a um fórum crítico para a defesa e o ativismo social/educativo. Em primeiro lugar, os autores traçam as raízes dos DSE no crescimento dos estudos sobre deficiência (DS) no Reino Unido e nos Estados Unidos. Em segundo lugar, descrevem a formação de redes internacionais dedicadas aos DSE. Em terceiro lugar, traçam a evolução do quadro conceptual dos DSE, completo de princípios e exemplos, cuidadosamente elaborado ao longo do tempo por uma comunidade de estudiosos. Em quarto

lugar, comentam os doze artigos selecionados para esta edição especial dupla do International Journal of Inclusive Education, destacando a contribuição de cada um deles na promoção e clarificação dos princípios do quadro conceptual da ESS. Por fim, os autores concluem com uma reflexão sobre o significado da ESS, avaliando o que esta oferece a teóricos, investigadores e profissionais, bem como destacando as possibilidades futuras. **Estudos sobre deficiência e educação inclusiva - implicações para a teoria, a investigação e a prática:**

https://www.researchgate.net/publication/236221750_Disability_studies_and_inclusive_education_-_implications_for_theory_research_and_practice

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas

O módulo 4 discute as várias estratégias, a nível de gestão, que poderiam promover a inclusão de estudantes com deficiência intelectual na universidade.

Objetivos de aprendizagem para os estudantes:

- Saber como aprender os processos inclusivos do ponto de vista da comunidade educativa;
- Saber como aprender os processos inclusivos do ponto de vista da comunidade educativa
- saber utilizar as ferramentas da diferenciação educativa;
- Compreender e saber lidar com procedimentos administrativos e pedagógicos capazes de satisfazer as necessidades de cada indivíduo através de processos flexíveis inspirados no princípio da personalização.

Para reforçar os vossos conhecimentos, propomos-vos as seguintes atividades:

Atividade 1: Como criariam um procedimento simplificado para a avaliação de um plano de estudos ou de uma candidatura Erasmus? Que critérios deveria ter? Dêem um exemplo concreto.

Atividade 2: Elabore um teste de avaliação para todos os docentes universitários sobre o seu conhecimento dos regulamentos de inclusão.

Objetivos de aprendizagem para docentes:

- compreender a importância de estabelecer processos flexíveis;
- compreender a importância dos princípios da personalização;
- identificar e definir procedimentos de ensino, documentação e avaliação que respondam às necessidades de cada indivíduo através de processos flexíveis inspirados no princípio da personalização.
- A fim de reforçar os seus conhecimentos, propomos-lhe as seguintes atividades:

Atividade 1: Como implementariam um procedimento simplificado para a avaliação de um plano de estudos ou de uma candidatura Erasmus? Que critérios deveria ter? Dêem um exemplo concreto.

Atividade 2: Elabore um teste de avaliação para todos os docentes universitários sobre os seus conhecimentos dos regulamentos de inclusão.

Objetivos de aprendizagem para os administradores:

- Saber ativar processos flexíveis;
- Saber como ativar processos flexíveis;
- Saber como ativar processos flexíveis
- saber como criar as condições para concretizar percursos de aprendizagem individualizados;
- identificar e definir procedimentos administrativos capazes de responder às necessidades de cada

indivíduo através de processos flexíveis inspirados no princípio da individualização.

Atividade 1: Como criariam um procedimento simplificado para a avaliação de um plano de estudos ou de uma candidatura Erasmus? Que critérios deveria ter? Dêem um exemplo concreto.

Atividade 2: Elabore um teste de avaliação para todos os docentes universitários sobre o seu conhecimento dos regulamentos de inclusão.

